



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Gabinete do Governador

MENSAGEM Nº 45 /GG

Teresina (PI), 17 de Junho de 2018.

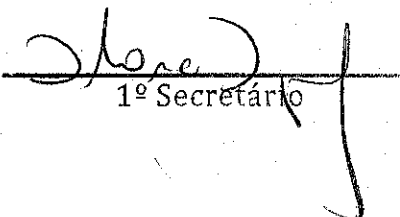
A Sua Excelência, o Senhor
THEMÍSTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
NESTA CAPITAL

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 01/08/2018

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,


1º Secretário

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR PARCIALMENTE**, o Projeto de Lei Complementar que "*Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 230, de 29 de novembro de 2017, do Estado do Piauí e da Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, Lei Complementar nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979.*".

RAZÕES DO VETO PARCIAL

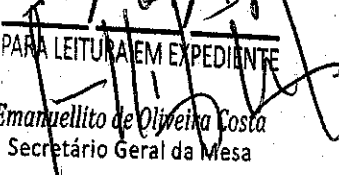
O Projeto de Lei Complementar objetiva em seu art. 5º o reajuste de 15% (quinze por cento) a título de representação, sobre os vencimentos dos Desembargadores que estiverem no exercício dos mandatos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Geral da Justiça, Vice-Corregedor Geral da Justiça e Diretor da Escola Judiciária.

Ocorre que, em virtude do calendário eleitoral, é vedado fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos, consoante determinação do art. 7º, inciso VIII da Lei das eleições (Lei nº 9.504/1997).

A sanção, diferentemente das deliberações colegiadas do Poder Legislativo, por constituir ato singular do Chefe do Poder Executivo que aquiesce com o Projeto de Lei, poderia induzir a interpretação de ter incursão em conduta vedada, com o risco das severas consequências daí advindas, visto que o percentual do reajuste ultrapassa o índice oficial divulgado pelo IBGE de 2,95% (dois vírgula noventa e cinco por cento) da inflação anual.

Há, portanto, razões vinculadas à segurança jurídica que orientam o veto parcial do Projeto de Lei Complementar.



18, 07, 18
PARA LEITURA EM EXPEDIENTE

Emanuelito de Oliveira Costa
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Palácio de Karnak
Calheta do Governador

A Constituição Estadual prevê o veto a Projetos de Lei nos seguintes termos:

“Art. 78. *omissis...*

“§ 1º O Governador, se considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, deverá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto.

§ 2º - *omissis...*”

Por todo o exposto, fundamentado no Princípio da Segurança Jurídica, bem como no Princípio da Supremacia do Interesse Público, que a mim compete avaliar, resolvo **VETAR PARCIALMENTE** o Projeto de Lei Complementar.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a **vetar parcialmente** este Projeto de Lei Complementar, as quais submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa augusta Casa.

JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí